



Relatório sobre a informação financeira e de
execução orçamental em 31 de março de 2021

ÍNDICE

I – INTRODUÇÃO	3
II – A ATIVIDADE	4
A – EXECUÇÃO DO CONTRATO PROGRAMA [ÁREA DE GESTÃO E EXPLORAÇÃO]	4
B – EXECUÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS E ACORDOS DE COLABORAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES [ÁREA DE PRODUÇÃO]	8
C – EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO ORGANIZACIONAL	14
III – O ORÇAMENTO ANUAL INICIAL E A SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DO PRIMEIRO TRIMESTRE	22
1. O MAPA DO ORÇAMENTO INICIAL – NCP 26	22
2. O CUMPRIMENTO DA ESTRUTURA DE GASTOS E RENDIMENTOS	23
3. BALANÇO	26
4. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	27
5. FLUXOS DE CAIXA	28

Handwritten initials and marks in blue ink, including 'CH', 'ef', and 'H.'.

I – INTRODUÇÃO

O Conselho de Administração Gestão e Obras do Porto, EM (adiante designada de GO Porto), no cumprimento do disposto na alínea e) do artigo 21.º dos Estatutos da Empresa e da alínea e) do n.º 1 do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, deve facultar, de forma completa e atempada, os relatórios trimestrais de execução orçamental para acompanhamento e controlo do município do Porto, em conformidade com o aprovado, à data, nos seus Instrumentos de Gestão Previsional e nos seus contratos de Gestão de Empreendimentos e Contrato Programa para o exercício em apreço. Em simultâneo, e nos termos da alínea i) n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, estes relatórios trimestrais de execução orçamental devem ser acompanhados dos relatórios do órgão de fiscalização.

Nesse sentido, e no cumprimento das suas obrigações legais e estatutárias de informação, a GO Porto vem apresentar ao município do Porto o seu relatório de Execução Orçamental do 1º trimestre de 2021, acompanhado do relatório do órgão de fiscalização.

Desde 1 de janeiro de 2020, e nos termos do Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, o Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas (SNC-AP) é o normativo contabilístico adotado na GO Porto.

Por fim, e tendo por referência as normas de contabilidade pública (NCP) previstas no SNC-AP, dá-se nota do caso concreto da “NCP 26 – Contabilidade e Relato Orçamental”, que, tendo por objetivo regular a contabilidade orçamental, estabelecendo os conceitos, regras e modelos de demonstrações orçamentais - proporcionado informações diversas acerca do orçamento inicial, das alterações orçamentais, da execução das despesas e das receitas orçamentais, dos pagamentos e recebimentos e do desempenho orçamental -, em sede do presente relatório de execução trimestral, contempla apenas o mapa do orçamento inicial, nos termos do quadro a seguir exibido no “Ponto 1. Mapa do Orçamento Inicial - NCP 26”, do Capítulo III. O ORÇAMENTO ANUAL INICIAL E A SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DO PRIMEIRO TRIMESTRE.

II – A ATIVIDADE

A – EXECUÇÃO DO CONTRATO PROGRAMA [ÁREA DE GESTÃO E EXPLORAÇÃO]

Conforme previsto nos seus Estatutos, a GO Porto encontra-se obrigada a celebrar com o município do Porto contratos-programa, neles, concretizando as determinações do artigo 50.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto. No passado dia 14 de dezembro de 2020, entre as partes foi celebrado o Contrato-Programa 2021-2023, no qual, o município do Porto colocou sob a alçada da GO Porto, a gestão, exploração e rentabilização dos equipamentos seguintes:

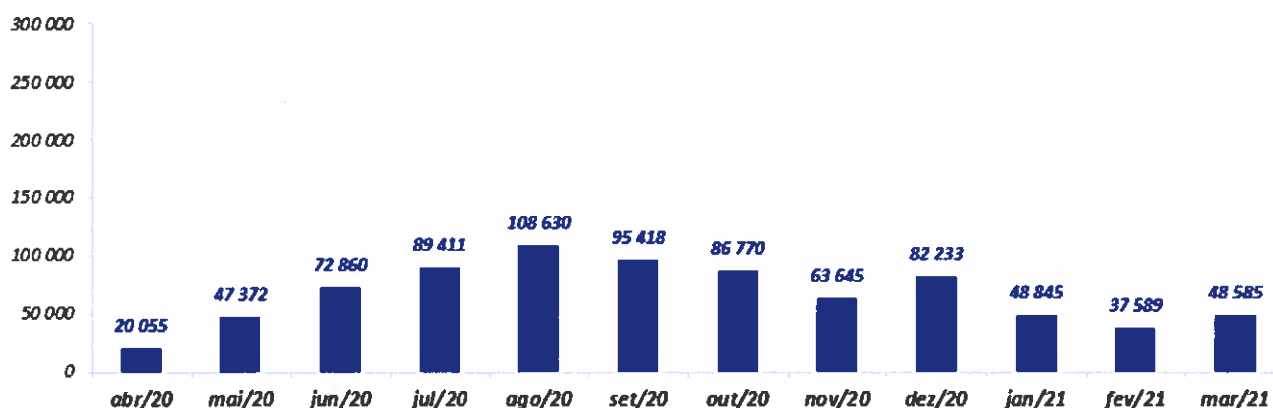
1. Antigo Matadouro Industrial do Porto: Conforme é do conhecimento público, em finais de abril de 2020, o município do Porto foi informado da “luz verde” do Tribunal de Contas ao contrato de empreitada de reconversão do Antigo Matadouro Industrial do Porto, celebrado a 1 de agosto de 2018, entre a GO Porto e a entidade Mota Engil, Engenharia e Construção, S.A. (vencedor do concurso público), e que obtivera recusa de visto por parte do Tribunal de Contas, através do Acórdão n.º 3/2019 de 1 de fevereiro de 2019, tendo a GO Porto entretanto recorrido a esta decisão logo a 22 deste mês. Neste sentido, foi efetuado no passado dia 18 de setembro de 2020, a consignação da obra à entidade Mota Engil - que já prestou caução à Câmara do Municipal do Porto - ficando obrigada a cumprir o programa delineado pela autarquia para os próximos 30 anos, findo os quais, o equipamento regressará à esfera municipal.
2. Mercado Temporário do Bolhão (MTB): Decorridos 3 anos da sua abertura ao público, a GO Porto prossegue a gestão do MTB, com ações de melhoria e de promoção do negócio dentro das dotações orçamentais previstas.
3. Mercado do Bolhão (MB): Tendo em conta a obra de restauro e modernização que, atualmente, decorre no Mercado do Bolhão, tem sido efetuado o trabalho de preparação de vários processos de gestão e promoção do negócio para os períodos pré e pós abertura deste mercado.

Em seguida, e no âmbito da atividade operacional desenvolvida pela Direção de Gestão e Exploração e pelo Gabinete de Comunicação e Promoção da GO Porto, estão relevadas as principais ações ocorridas durante o 1.º trimestre de 2021:

MERCADO TEMPORÁRIO DO BOLHÃO: Como é do conhecimento público, durante grande parte do 1.º trimestre de 2021, Portugal voltou a assistir a um novo agravamento da pandemia provocada pelo coronavírus SARS-CoV-2 (COVID-19), e cujo reflexo na atividade de gestão e exploração do MTB, em grande parte, decorrente das medidas que foram necessárias implementar por forma a cumprir as medidas de proteção preconizadas pela Direção Geral de

Saúde (DGS), veio impossibilitar uma recuperação mais expressiva do número de entradas de cidadãos neste mercado. No gráfico infra, observa-se a evolução do número mensal de entradas no MTB nos últimos 12 meses. Em rodapé do gráfico, apresenta-se o contador do número acumulado de entradas neste espaço, desde a sua abertura ao público (em maio de 2018) até ao final do período em análise, perfazendo 4.619.297.

Mercado Temporário do Bolhão
[registo de n.º de entradas]



N.º de entrada no MTB, desde maio de 2018 > **4 619 297**

No 1.º trimestre de 2021, e no que se refere à gestão e de negócio operacional do MTB, destacam-se as atividades seguintes:

- Monitorização permanente de condições ambientais (Temperatura, CO2 e Humidade);
- Estabelecimento de medidas de racionalização de consumo eletricidade, água e gás das partes comuns e zonas respeitantes a comerciantes, com a inerente monitorização e controlo;
- Atuação permanente no circuito de gestão de resíduos para controlo e fomento da reciclagem;
- Continuação do processo relacionado com ações de fiscalização a bancas de comerciantes;
- Apoio e intermediação com entidades responsáveis pela gestão de sinistros de clientes e/ou comerciantes ocorridos no MTB;
- Preparação do processo de formação de comerciantes do MTB para o ano de 2021.

Ainda no MTB, mas tendo em atenção os procedimentos de promoção e comunicação deste espaço durante o período em análise, destacam-se as ações seguintes:

Handwritten signature and initials.

- Dinamização do website www.mercadobolhao.pt : inserção de novas notícias e galerias e gestão de novas subscrições da newsletter.
- Gestão das redes sociais: 82 publicações no Facebook; 73 publicações no Instagram; 5 publicações no Youtube.
- Definição e implementação de uma estratégia de comunicação com a temática “Compre com segurança, compre no Bolhão”, através de diferentes meios e canais (vídeo, newsletter, notícia, spots sonoros, publicações, SMS marketing), com o intuito de promover o Mercado como um lugar seguro e atrair novos e atuais consumidores durante o período de confinamento.
- Envio de 4 newsletters temáticas: “Compre com segurança, compre no Bolhão!”, “Do Bolhão com amor!”, “Celebre os momentos especiais!” e “Uma Páscoa recheada de sabor e tradição”.
- Definição de estratégia, enquadramento e implementação de um novo canal de comunicação e promoção: SMS marketing.
- Envio de 2 mensagens (SMS marketing): 1 institucional (Covid-19) e 1 promocional (produtos primavera).
- Realização de 4 vídeos de comunicação e promoção do Mercado dedicados a diversas temáticas: “Compre com segurança, compre no Bolhão”, “Saber”, “Sabor” e “Tradição”.
- Implementação de vídeos temáticos “É bom e é da época” - promoção dos espaços comerciais do mercado e dos produtos da época, a partir da sugestão dos comerciantes e inquilinos.
- Gestão e desenvolvimento de ações comerciais online. Promoção e monitorização de uma campanha digital paga, focada na época de Páscoa e produtos adjacentes, composta por duas fases (divulgação e interação) e com diferentes tipos de segmentação.
- Promoção de spots sonoros institucionais e comerciais no MT Bolhão (janeiro, fevereiro e março).
- Acompanhamento e monitorização da comunicação social em entrevistas, reportagens e participações do MT Bolhão: Televisão - Praça da Alegria (15 de janeiro) e Porto Canal - Manhã Informativa (15 a 19 de março).
- Levantamento de necessidades e elaboração de estratégia para a implementação de futuras campanhas de fidelização: Workshops Gastronómicos com a colaboração da Escola Superior de Hotelaria e Turismo do Porto.

Por fim, referir que, durante o 1.º trimestre de 2021, tendo estado o MTB sujeito às medidas de proteção preconizadas pela DGS face ao risco do COVID-19 para a saúde pública, foram implementadas neste espaço uma série de medidas de mitigação que, à semelhança das executadas ao longo do ano findo de 2020, visou salvaguardar a saúde dos cidadãos e preservar a atividade, num ambiente saudável e sem sobressaltos, com a normalidade que foi possível garantir.

Handwritten signature/initials in blue ink.

MERCADO DO BOLHÃO: Em relação ao Mercado do Bolhão, e tendo em consideração os procedimentos prévios relacionados com a futura gestão e exploração deste espaço (depois de restaurado e modernizado), foram coordenadas as ações seguintes durante o 1.º trimestre de 2021:

- Continuação do concurso público de aquisição de novos espaços de comerciantes, restaurantes e inquilinos do Mercado do Bolhão, restaurado e modernizado;
- Realização de reuniões com comerciantes históricos (bancas e restaurantes) e inquilinos, para apresentação do projeto e condições técnicas do espaço que irão usufruir no Mercado do Bolhão restaurado e modernizado;
- Monitorização de ações de âmbito operacional a realizar no período prévio à abertura do MB;
- Consulta Preliminar para o processo de Facilities Management do MB;
- Início de preparação modelo de exploração de cozinha Bolhão, galeria comercial e Passadiço;
- Monitorização dos processos relativos à sinalética direcional e informativa do MB e igualmente Packaging;

Em paralelo, foram desenvolvidos alguns procedimentos de promoção e comunicação deste espaço, entre os quais:

- Monitorização e gestão do website para o acompanhamento dos concursos: abanca-tebolhao.goportos.pt.
- Acompanhamento do processo relativamente às propostas criativas desenvolvidas pelo Studio Eduardo Aires para o Bolhão:
 - Estratégia criativa de comunicação com a cidade (desenvolvimento da marca Bolhão; suportes de comunicação; programa de comunicação com a cidade/cidadão e criação da linha de design de diversos artefactos);
 - Conceção gráfica da sinalética do MB;
 - Conceção de packaging do MB;
 - Conceção de proposta de merchandising do MB;
- Continuação do processo relativo ao desenvolvimento da aplicação do MB (APP do Bolhão): levantamento de necessidades, estudo de mercado, elaboração do caderno de encargos e realização de consulta preliminar.
- Início do procedimento relativo ao desenvolvimento de um novo website para o MB: levantamento de necessidades, estudo de mercado, elaboração do caderno de encargos e realização de consulta preliminar.
- Fase inicial do procedimento relativo ao desenvolvimento e implementação de um sistema de quiosques multimédia para o MB: levantamento de necessidades, estudo de mercado e realização de consulta preliminar.
- Início do procedimento relativo ao desenvolvimento e implementação de um sistema de Corporate TV para o MB: levantamento de necessidades, estudo de mercado e realização de consulta preliminar.
- Levantamento de necessidades, tipologia de eventos, desenvolvimento de uma estratégia e de um cronograma para aplicar nos diversos espaços do MB: cozinha, galeria, mercado sazonal e passadiço.
- Colocação de uma nova tela gigante com o rosto dos comerciantes históricos no MB. Uma breve homenagem a todos aqueles que mantêm viva a tradição do comércio de frescos.

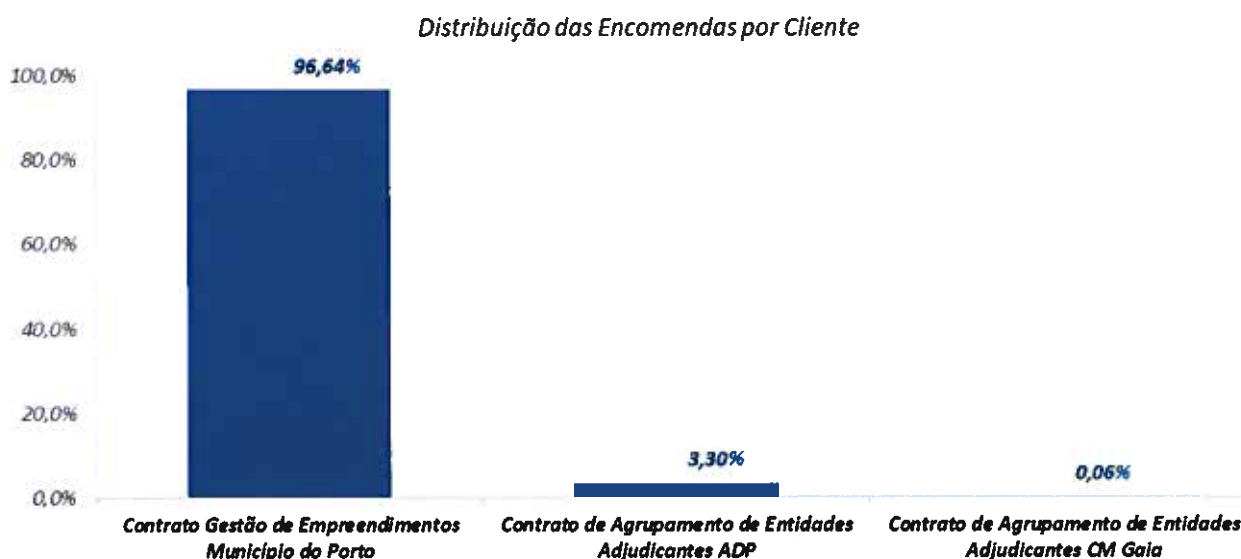
B – EXECUÇÃO DO CONTRATO DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS E ACORDOS DE COLABORAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES [ÁREA DE PRODUÇÃO]

No âmbito da Direção de Produção da GO Porto, a atividade desenvolvida enquadra-se potencialmente em três tipos fundamentais de empreendimentos:

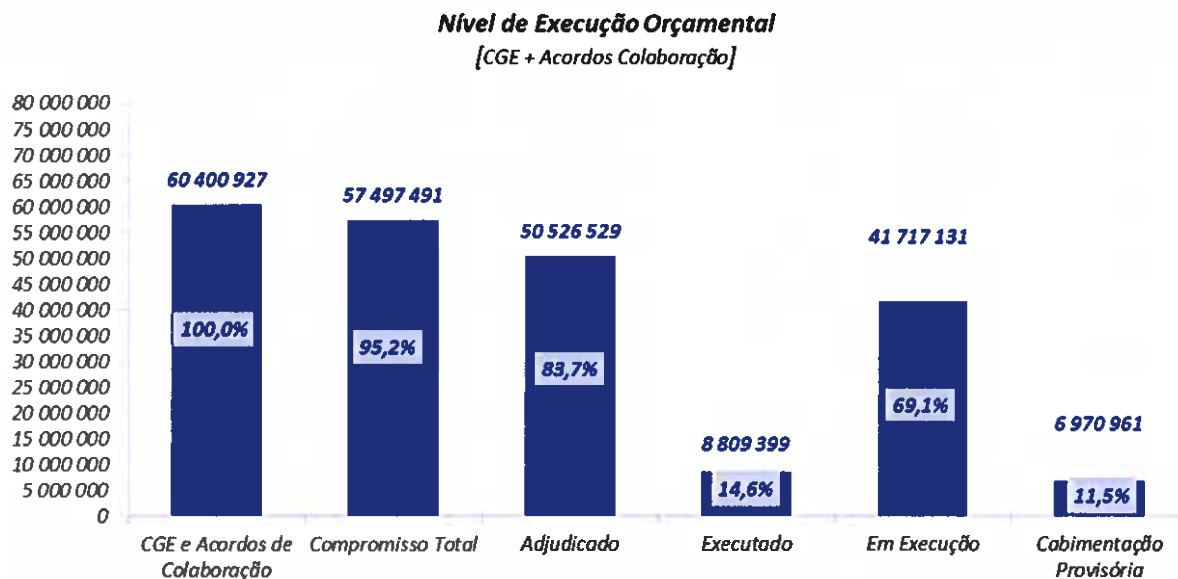
1. Os incluídos no Contrato de Gestão de Empreendimentos (CGE), firmado com o município do Porto;
2. Os resultantes de acordos de gestão com outras empresas municipais da autarquia;
3. Os que são tutelados por protocolos e acordos de gestão com outras entidades.

Em relação ao Ponto 1, a gestão desenvolvida pela GO Porto rege-se com base no Contrato de Mandato 2020 - 2022 (Contrato de Gestão de Empreendimentos - CGE), firmado entre as partes a 18 de novembro de 2019, e com visto concedido pelo Tribunal de Contas em 23 de janeiro de 2020. Este contrato foi objeto, em 2020, de dois aditamentos, o primeiro, outorgado a 27 de abril e, o segundo, a 16 de dezembro, em ambos os casos, com o objetivo de ajustar, no triénio 2020-2022, o calendário financeiro da execução dos empreendimentos, decorrente do replaneamento decidido pelo município do Porto.

No gráfico seguinte, mostra-se o peso de cada contrato no universo de todas as encomendas efetuadas à GO Porto para 2021:



No final do 1.º trimestre de 2021, e no âmbito das iniciativas inscritas nos 3 pontos suprarreferidos, observa-se no gráfico abaixo uma taxa de realização financeira global de 14,6%, que, se adicionada do peso dos procedimentos em curso de execução (69,1%) e em concurso sob cabimentação provisória (11,5%), representaria um nível de compromisso assumido face ao orçamento total de, aproximadamente, 95,2%:



Seguidamente, e para o período em análise, descrevem-se as execuções mais relevantes pelos 3 grupos fundamentais de empreendimentos intervencionados pela Direção de Produção, bem como se especifica o seu nível de execução, face à dotação orçamental acordada:

1. DO CONTRATO DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS [GO PORTO – CMP]

Com base no CGE 2020-2022 em vigor (2.º aditamento), a GO Porto perfaz para o ano de 2021, um objetivo de execução de empreendimentos de 58.368.932 euros. No final do 1.º trimestre de 2021, após trabalhos executados no valor de 8.547.595 euros, observa-se uma taxa de execução de cerca de 15%, cuja distribuição por rubricas orçamentais é a seguinte:

PROGRAMA MERCATOR

No âmbito do “Programa Mercator”, deu-se continuidade à empreitada de Restauro e Modernização do Mercado do Bolhão e foi concluída a empreitada de construção do Túnel de Ligação da R. Ateneu Comercial do Porto à R.

Alexandre Braga. Realizaram-se ainda vários concursos para Fornecimento de Equipamentos e de Mobiliário para o Mercado do Bolhão:

Descrição	Valor inscrito no Ano de 2021 no CGE	Valor executado 1.º trimestre 2021	Tx. de realização do contrato de gestão de empreendimentos
	[a]	[b]	[c = b/a]
Programa Mercator	15 410 001 €	3 765 218 €	24,4%

DINAMIZAÇÃO DA ARTE, CULTURA E CIÊNCIA

Na área “Dinamização da Arte, Cultura e Ciência”, deu-se continuidade à empreitada de Requalificação do Cinema Batalha e iniciou-se a empreitada relativa ao Memorial do Porto aos Combatentes do Ultramar. Teve início, igualmente, a elaboração do Projeto de Requalificação da BPMP e deu-se continuidade aos projetos de Reabilitação do Ateliê António Carneiro e da Reabilitação do Museu do CACE:

Descrição	Valor inscrito no Ano de 2021 no CGE	Valor executado 1.º trimestre 2021	Tx. de realização do contrato de gestão de empreendimentos
	[a]	[b]	[c = b/a]
Dinamização da Arte, Cultura e Ciência	4 781 683 €	215 965 €	4,5%

REABILITAÇÃO URBANA, PLANEAMENTO E GESTÃO URBANÍSTICA

Na área “Reabilitação Urbana, Planeamento e Gestão Urbanística”, iniciaram-se as empreitadas de Estabilização da Escarpa de D. Pedro V e de Requalificação da Pérgula da Foz. Foi realizado o concurso para a empreitada de Reparações do Talude da R. Luís de Camões:

Descrição	Valor inscrito no Ano de 2021 no CGE	Valor executado 1.º trimestre 2021	Tx. de realização do contrato de gestão de empreendimentos
	[a]	[b]	[c = b/a]
Reabilitação Urbana e Planeamento e Gestão Urbanística	741 825 €	251 145 €	33,9%

CSA

PROMOVER E FOMENTAR A EDUCAÇÃO

Na área “Promover e Fomentar a Educação”, destaca-se a continuidade da empreitada de Requalificação da ES Alexandre Herculano. Concluiu-se o projeto de Remodelação da EB Falcão e realizou-se o concurso para a respetiva empreitada. Deu-se, igualmente, continuidade aos projetos de Requalificação das EB de Agra do Amial e da EB dos Correios:

Descrição	Valor inscrito no Ano de 2021 no CGE	Valor executado 1.º trimestre 2021	Tx. de realização do contrato de gestão de empreendimentos
	[a]	[b]	[c = b/a]
Promover e Fomentar a Educação	9 775 773 €	1 367 648 €	14,0%

INCENTIVAR E DINAMIZAR O DESPORTO E ANIMAÇÃO DA CIDADE

Na área “Incentivar e Dinamizar o Desporto e Animação da Cidade” deu-se continuidade a diversos projetos, nomeadamente, o referente ao Parque desportivo de Ramalde – Fase II, ao Complexo Desportivo Municipal e à Beneficiação da Piscina Armando Pimentel. Iniciou-se a empreitada de construção do Edifício de Apoio/Balneários, no Parque da Cidade:

Descrição	Valor inscrito no Ano de 2021 no CGE	Valor executado 1.º trimestre 2021	Tx. de realização do contrato de gestão de empreendimentos
	[a]	[b]	[c = b/a]
Incentivar e Dinamizar o Desporto e Animação da Cidade	3 692 000 €	40 380 €	1,1%

MELHORIA DA MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS

Na área “Melhoria da Mobilidade e Infraestruturas”, assinala-se a conclusão das empreitadas de Beneficiação de Arruamentos Diversos – Lote 3, da Rua de Serralves, de Colocação de Corrimãos na Foz e de Beneficiação de Arruamentos no Bº da Vilarinha.

Realizou-se a empreitada de Pavimentação da Rua de Reinaldo Oudinot. Deu-se continuidade às empreitadas de Requalificação da Avenida Fernão de Magalhães, da construção do Terminal Intermodal de Campanhã, da

Beneficiação da R. Vasco Valente e de Beneficiação de pavimentos diversos na Foz, nomeadamente, Gondarém, Pero da Covilhã e outras.

Iniciaram-se as empreitadas de Requalificação da Rua de António Enes e outras, de Pavimentação da Rua de Álvares Cabral e outras e de Pavimentação da Rua do Molhe e outras.

Foram lançados vários concursos públicos para a realização de empreitadas, nomeadamente, as relativas ao Programa R. Direita - R. Encontro, Tr. Campo Lindo e outras, R. Silva Porto e R. Via Sacra e outras.

Deu-se continuidade à elaboração dos projetos de Ligação Av. Sidónio Pais à R. Frederico Ozanam, da R. Galeria Paris e R. Picaria, da Envolvente Praça República e da Praça República (jardim) e, ainda, dos diversos projetos relativos ao Programa Rua Direita- Grupos 1 e 2 e 3 a 6 e dos Estudos para a Ponte D. António Francisco dos Santos:

Descrição	Valor inscrito no Ano de 2021 no CGE	Valor executado 1.º trimestre 2021	Tx. de realização do contrato de gestão de empreendimentos
	[a]	[b]	[c = b/a]
Melhoria da Mobilidade e Infraestruturas	18 460 208 €	2 753 825 €	14,9%

QUALIFICAÇÃO DOS ESPAÇOS VERDES

Na área "Qualificação dos Espaços Verdes", concluiu-se o projeto de Beneficiação do Parque de S. Roque. Deu-se início às empreitadas de Reabilitação do Lago dos Jardins do Palácio de Cristal e da Requalificação do Remate Poente do Parque da Cidade:

Descrição	Valor inscrito no Ano de 2021 no CGE	Valor executado 1.º trimestre 2021	Tx. de realização do contrato de gestão de empreendimentos
	[a]	[b]	[c = b/a]
Qualificação dos Espaços Verdes	4 785 350 €	49 045 €	1,0%

PROMOÇÃO E SUSTENTABILIDADE DO AMBIENTE

Na área "Promoção e Sustentabilidade do Ambiente, concluíram-se as empreitadas de Reabilitação da Cobertura da Capela do Cemitério de Agramonte e da Reabilitação da Abóbada da Capela Prado do Repouso:

Handwritten signature and initials: *U/ CTT A.*

Descrição	Valor inscrito no Ano de 2021 no CGE	Valor executado 1.º trimestre 2021	Tx. de realização do contrato de gestão de empreendimentos
	[a]	[b]	[c = b/a]
Promoção e Sustentabilidade do Ambiente	17 520 €	67 989 €	388,1%

FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS

Nesta rubrica orçamental, concluíram-se as empreitadas de Construção de Coberto no BSB e de Beneficiação do Edifício de Apoio no Parque da Pasteleira:

Descrição	Valor inscrito no Ano de 2021 no CGE	Valor executado 1.º trimestre 2021	Tx. de realização do contrato de gestão de empreendimentos
	[a]	[b]	[c = b/a]
Funcionamento dos Serviços	414 572 €	12 564 €	3,0%

OUTROS

Nesta rubrica orçamental são relevados os gastos com alguns serviços solicitados pelo município do Porto. Tendo natureza de despesa corrente, e não de capital, nesta rubrica estão a ser executados procedimentos de consultoria, pareceres, estudos e outras prestações de bens e serviços, tais como, assessorias financeiras e jurídicas, serviços de comunicação de obras e de planeamento e gestão de processos:

Descrição	Valor inscrito no Ano de 2021 no CGE	Valor executado 1.º trimestre 2021	Tx. de realização do contrato de gestão de empreendimentos
	[a]	[b]	[c = b/a]
Outros	300 000 €	23 816 €	7,9%

2. DOS ACORDOS DE GESTÃO DA GO PORTO COM: ÁGUAS DO PORTO, EM

No ano de 2021, a atividade desenvolvida ao abrigo de acordos de agrupamento de entidades adjudicantes com a empresa municipal Águas do Porto engloba os empreendimentos seguintes: Requalificação da Av. Fernão Magalhães e Rua de Serralves, Programa Rua Direita e Arranjo Urbanístico do Bairro Leão XIII. No final do 1.º trimestre de 2021, a quota parte de investimento adstrita à empresa municipal Águas do Porto perfaz um valor executado de 262 mil euros.

3. DE DIVERSOS ACORDOS DE GESTÃO COM OUTRAS ENTIDADES MUNICIPAIS

Neste capítulo, assinala-se o protocolo de colaboração com o município de Vila Nova de Gaia, datado de 23 de junho de 2018, tendo em vista a promoção e desenvolvimento do empreendimento de construção e manutenção de uma nova ponte sobre o Rio Douro, designada “Ponte D. António Francisco dos Santos”, que ligará as margens de ambos os concelhos, e cujo contrato de agrupamento de entidades adjudicantes foi firmado a 20 de julho de 2018, nos termos e para os efeitos do artigo 39.º do Código de Contratos Públicos, entre a GO Porto – enquanto representante do agrupamento, e o município de Vila Nova de Gaia. No final do 1.º trimestre de 2021, o valor de compromisso assumido por parte deste município perfaz 37 mil euros, até ao presente, sem qualquer valor de execução.

Por fim, e no âmbito dos aspetos impactantes que a pandemia mundial provocada pelo vírus SARS-CoV-2 trouxe à atividade de gestão de empreendimentos (obra), deve notar-se que a GO Porto, dando cumprimento às normas de prevenção e controlo emitidas pela DGS, promoveu sempre em ambiente de obra, e em articulação direta com as entidades terceiras contratadas, a aplicação das medidas indicadas para o Setor da Construção Civil. Neste sentido, prosseguiu-se com os procedimentos de segurança e higiene nas áreas dos estaleiros de construção, ações de sensibilização e formação de trabalhadores em obra, colocação estratégica de dispensadores de solução antisséptica à base de álcool em diversos pontos do empreendimento, fornecimento de produtos de higiene e limpeza e fixação de cartazes de alerta e prevenção, entre outras, vindo a permitir, durante o 1.º Trimestre de 2021, a execução normal dos empreendimentos sem ocorrências de maior que pusessem em causa, de forma expressiva e no geral, os prazos e valores de execução acordados.

C – EVOLUÇÃO DOS INDICADORES DE DESEMPENHO ORGANIZACIONAL

Nos termos do Sistema de Gestão da Qualidade revisto e adequado aos requisitos da norma – NP EN ISO 9001:2015, e tendo por missão e visão prestar um serviço de excelência no segmento das obras e da gestão e exploração das infraestruturas e equipamentos que lhe sejam atribuídos pelo município do Porto, ou por terceiros, a GO Porto pretende ser uma referência no âmbito da atividade que desenvolve e na forma, competente e rigorosa, como presta os seus serviços, alicerçada no conhecimento técnico que detém, na inovação, no controlo de prazos e na racionalização de custos. Conforme estabelecido no contrato-programa firmado entre a GO Porto e o município do Porto, compete a esta entidade avaliar, em 2021, com periodicidade trimestral, o desempenho organizacional da GO Porto, através de indicadores de eficácia e de eficiência que o habilitem, com informação sobre as características, os atributos e os resultados do serviço prestados ao nível dos três requisitos principais: qualidade, prazos e controlo de custos.

Handwritten signature or initials in blue ink, possibly reading 'C. A.' or similar.

Os indicadores de Desempenho Organizacional pretendem avaliar a qualidade do serviço prestado pela GO Porto, através de dois indicadores de Eficácia (cumprimento do contrato de gestão de empreendimentos e cumprimento de prazos para a conclusão dos empreendimentos) e a sua produtividade, através de dois indicadores de Eficiência (desvio de custos e regularidade do processo administrativo pré-contratual). Cada um destes indicadores está estruturado numa escala que contém três níveis de atributos, cujo preenchimento conduzirá a um juízo valorativo sobre a prestação da empresa: prestação Ineficaz, prestação Eficaz ou prestação Muito Eficaz; prestação Ineficiente, prestação Eficiente ou prestação Muito Eficiente. O conjunto ordenado de atributos a preencher para subsumir a prestação da empresa na escala definida, encontra-se vertido nas cláusulas n.º 9, 10 e 17 daquele contrato-programa e, no qual, conforme estabelecido no Ponto 2 da cláusula 17.ª, é objetivo que a GO Porto atinja, pelo menos, prestações eficazes e eficientes em todos os indicadores.

1. Indicadores de Eficácia

Os indicadores de Eficácia pretendem avaliar a qualidade do serviço prestado pela GO Porto ao município do Porto em sede de execução do seu Contrato-Programa. Como se referiu, esse juízo qualitativo resultará de indicadores de eficácia que traduzem os níveis de:

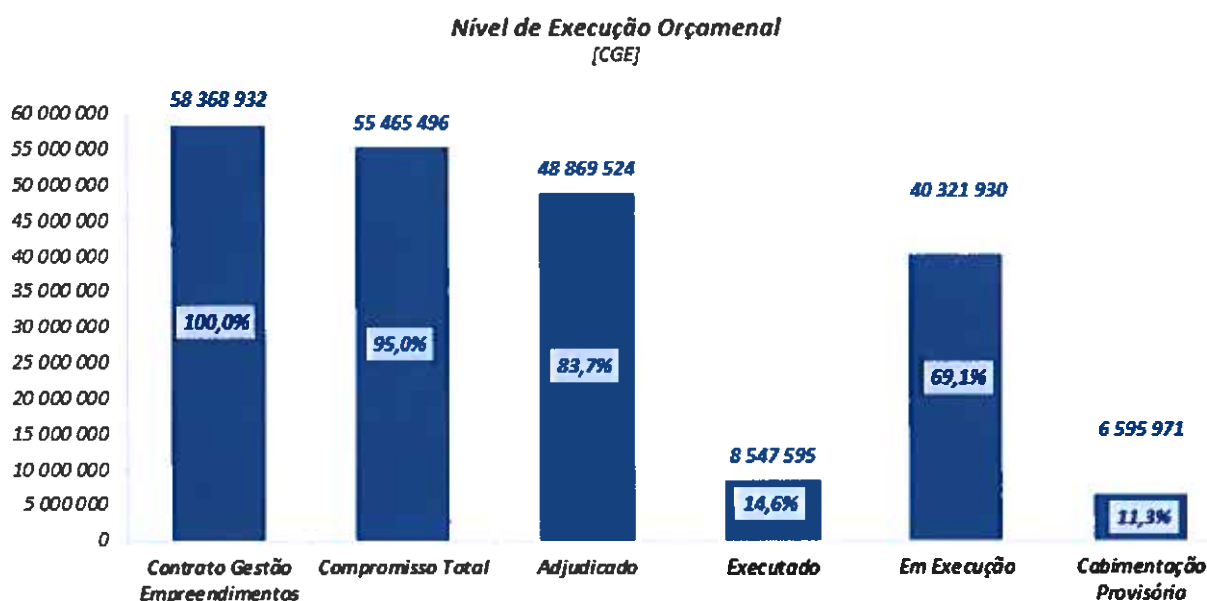
- a) Cumprimento do contrato de gestão de empreendimentos (CGE);
- b) Cumprimento dos prazos para a conclusão dos empreendimentos;
- c) Ocupação das infraestruturas urbanísticas e/ou equipamentos cuja gestão, exploração e rentabilização foi delegada;
- d) Cobrança de taxas ou preços pela ocupação de espaços das infraestruturas urbanísticas e/ou equipamentos cuja gestão, exploração e rentabilização foi delegada.

CUMPRIMENTO DO CONTRATO DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS

No âmbito do Contrato-Programa 2021-2023, o modelo de avaliação do indicador de eficácia no cumprimento do contrato de gestão de empreendimentos (consumo de recursos financeiros para a prossecução da atividade), encontra-se consignado no Ponto I, alínea a), do n.º 1, da cláusula 17.ª daquele contrato, e apresenta a expressão seguinte:

Indicador de Eficácia	Descrição
Prestação Ineficaz	Assegurar o cumprimento das encomendas que lhe sejam efetuadas em valor igual ou inferior a 60%.
Prestação Eficaz	Assegurar o cumprimento das encomendas que lhe sejam efetuadas em valor superior a 60% e inferior a 80%.
Prestação Muito Eficaz	Assegurar o cumprimento das encomendas que lhe sejam efetuadas em valor igual ou superior a 80%.

No final do 1.º trimestre de 2021, e com um valor realizado de empreendimentos de € 8.547.595, a taxa de execução efetiva do CGE fixa-se em 14,6%, conforme representado no gráfico infra:



CUMPRIMENTO DOS PRAZOS PARA A CONCLUSÃO DOS EMPREENDIMENTOS

No âmbito do Contrato-Programa 2021-2023, o modelo de avaliação do indicador de eficácia no cumprimento dos prazos para a conclusão dos empreendimentos previstos no CGE, encontra-se consignado no Ponto II, alínea a), do n.º 1, da cláusula 17.ª daquele contrato, e apresenta a expressão seguinte:

Indicador de Eficácia	Descrição
Prestação Ineficaz	Acréscimo (médio) ao prazo contratual de execução de obras (com prazo superior a 60 dias) em 15% ou mais por motivos atinentes à gestão da GO Porto.
Prestação Eficaz	Acréscimo (médio) ao prazo contratual de execução de obras (com prazo superior a 60 dias) até 14% por motivos atinentes à gestão da GO Porto.
Prestação Muito Eficaz	Acréscimo (médio) ao prazo contratual de execução de obras (com prazo superior a 60 dias) até 5% por motivos atinentes à gestão da GO Porto.

Com este indicador, afere-se o cumprimento dos prazos de conclusão das obras por mensuração do acréscimo médio aos prazos contratuais de execução por motivos atinentes ao dono de obra. Para segmentar o balizamento por trimestres, a medição tomou em consideração as empreitadas que tiveram a sua conclusão até ao final do trimestre em análise, e que compreendiam um prazo de execução superior a 60 dias.

Desta forma, no final do 1.º trimestre de 2021, as empreitadas que preenchem os critérios que permitem a sua subsunção à medição são as seguintes:

Empreitada [empreitada]	Data [consignação]	Prazo [dias]	Alteração [dias]	Suspensão [dias]	Conclusão [data da último auto medição]	Período de Multa [dias]	Desvio [do prazo]	Observação	
Empreitada de Reabilitação da Cobertura da Capela do Cemitério de Agramonte	12-10-2020	105			22-01-2021		-2,9%		
Empreitada de Beneficiação de Arruamentos Diversos - Lote 3-II	08-10-2020	105	39		25-02-2021		-2,8%		
Empreitada de Colocação de Corrimãos na Foz	25-08-2020	245			09-03-2021		-20,0%		
Empreitada de Capela do Cemitério Prado do Repouso - Abóbada	21-07-2020	150	60		03-02-2021		-6,2%		
Acréscimo Médio ao Prazo Contratual							9,8%		

Neste sentido, e com um decréscimo médio ao prazo contratual de 9,8%, a GO Porto encerra o período em análise com uma prestação Muito Eficaz neste indicador.

OCUPAÇÃO DAS INFRAESTRUTURAS URBANÍSTICAS E EQUIPAMENTOS

O modelo de avaliação do indicador de ocupação das infraestruturas urbanísticas e/ou equipamentos cuja gestão, exploração e rentabilização foi delegada à GO Porto no Contrato-Programa 2021-2023, está consignado no Ponto III, alínea a), do n.º 1, da cláusula 17.ª deste contrato, e apresenta a expressão seguinte:

Handwritten signature and initials.

Indicador de Eficácia	Descrição
Prestação Ineficaz	Taxa de ocupação inferior a 60%.
Prestação Eficaz	Taxa de ocupação igual ou superior a 60% e inferior a 90%.
Prestação Muito Eficaz	Taxa de ocupação igual ou superior a 90%.

Em 31 de março de 2021, e tendo presente que o MTB é ainda o único equipamento que se encontra sob gestão e exploração da GO Porto, observa-se uma taxa de ocupação média mensal de 97,0%, conforme evidenciado no quadro infra, o que representa uma prestação Muito Eficaz neste parâmetro:

Descrição	Área total do MTB (m ²)	Área ocupada (m ²) por inquilinos, comerciantes e atividades extra	Taxa de ocupação
	[a]	[b]	[c = b/a]
Janeiro	1 850,38	1 794,38	97,0%
Fevereiro	1 850,38	1 794,38	97,0%
Março	1 850,38	1 794,38	97,0%
Taxa de ocupação média	1 850,38	1 794,38	97,0%

COBRANÇA DE TAXAS OU PREÇOS PELA OCUPAÇÃO DE ESPAÇOS DAS INFRAESTRUTURAS URBANÍSTICAS E EQUIPAMENTOS

O modelo de avaliação do indicador de cobrança de taxas ou preços pela ocupação de espaços das infraestruturas urbanísticas e/ou equipamentos cuja gestão, exploração e rentabilização foi delegada à GO Porto no Contrato-Programa 2021-2023 está consignado no Ponto IV, alínea a), do n.º 1, da cláusula 17.ª deste contrato, e apresenta a expressão seguinte:

Indicador de Eficácia	Descrição
Prestação Ineficaz	Taxa de cobrança inferior a 90%.
Prestação Eficaz	Taxa de cobrança igual ou superior a 90% e inferior a 95%.
Prestação Muito Eficaz	Taxa de ocupação igual ou superior a 95%.

Handwritten signature/initials

No final do 1.º trimestre de 2021, e tendo igualmente por referência apenas a gestão e exploração do MTB, observa-se uma taxa de cobrança acumulada de 97,6%, conforme evidenciado no quadro infra, e que representa uma prestação Muito Eficaz:

Descrição	Faturação Emitida [com IVA] [a]	Faturação Cobrada [com IVA] [b]	Taxa de cobrança [c = b/a]
Janeiro	7 926,13	7 753,62	97,8%
Fevereiro	7 926,13	7 753,62	97,8%
Março	7 926,13	7 689,70	97,0%
Faturação - 1.º trimestre 2021	23 778,39	23 196,94	97,6%

Deve notar-se, igualmente, que o quadro acima referido representa uma mera matriz de controlo de gestão de dados de faturação e de cobranças da atividade no MTB no exercício corrente, não relevando, por exemplo, valores de cobrança incorridos de faturas de exercícios anteriores, tornando-o, por isso, não comparável com os valores das contas na Contabilidade.

2. Indicadores de Eficiência

Os indicadores de Eficiência pretendem avaliar a produtividade da GO Porto, sendo esta avaliada através dos indicadores do desvio de custos real face ao estimado e do nível da regularidade do processo administrativo pré-contratual.

DESVIO DE CUSTOS

O desvio de custos real face ao estimado será medido através do acréscimo médio de custos das empreitadas face ao preço contratual. Este acréscimo inclui os trabalhos suprimidos, os trabalhos a mais, os erros e omissões e as alterações ao projeto. A medição será efetuada para as empreitadas que tiveram conta final até ao final do 1.º trimestre de 2021. No âmbito do Contrato-Programa 2021-2023, o modelo de avaliação do indicador de eficiência no cumprimento da proporção do desvio do custo real face ao estimado nos empreendimentos previstos no CGE, encontra-se consignado no Ponto I, alínea b), do n.º 1, da cláusula 17.ª daquele contrato, e apresenta a expressão seguinte:

Indicador de Eficiência	Descrição
Prestação Ineficiente	Obter uma taxa média de acréscimo de custos, em empreitadas, em valor superior a 5% dos preços contratuais.
Prestação Eficiente	Garantir uma taxa média de acréscimo de custos, em empreitadas, em valor igual ou inferior a 5% e superior a 2% dos preços contratuais.
Prestação Muito Eficiente	Garantir uma taxa média de acréscimo de custos, em empreitadas, em valor igual ou inferior a 2% dos preços contratuais.

No quadro seguinte, apresenta-se o conjunto de empreitadas que responde aos quesitos deste indicador:

ID do Processo [Empreitada]	Data da Conta Final de Empreitada	Valor Contratual	Trabalhos a Mais/ Trabalhos complementares imprevisíveis	Erros e Omissões/ Trabalhos complementares não previstos	Alterações de projecto/ Modificações objetivas de contrato	Trabalhos a Menos	Desvio [de custo]
Empreitada de Reabilitação da Cobertura da Capela do Cemitério de Agramonte	01-02-2021	54 955 €	0 €	0 €	0 €	0 €	0,0%
Empreitada de Capela do Cemitério Prado do Repouso - Abóbada	10-03-2021	94 831 €	37 700 €	0 €	0 €	-1 500 €	38,2%
Empreitada de Beneficiação dos Percursos Pedonais - Bairro da Previdência 2	05-01-2021	343 690 €	4 409 €	0 €	0 €	-2 883 €	0,5%
Empreitada de Beneficiação da Praceta José Régio	04-01-2021	151 914 €	0 €	0 €	0 €	-3 297 €	-2,2%
Empreitada de Requalificação do Espaço Público Envolvente ao Bairro Leão XIII	08-03-2021	344 572 €	17 767 €	963 €	0 €	-13 226 €	1,6%
TOTAL 1.º Trimestre 2021		989 962 €	59 936 €	963 €	0 €	-20 906 €	4,0%

No conjunto das empreitadas suprarreferido, e perfazendo no total um desvio de custo de 4,0% sobre o valor contratual da empreitada, conclui-se que a GO Porto obteve no final do 1.º trimestre de 2021 uma avaliação Eficiente neste indicador.

REGULARIDADE DO PROCESSO ADMINISTRATIVO PRÉ-CONTRATUAL

Para densificação do indicador de eficiência que traduz a regularidade do processo administrativo pré-contratual, cumpre apurar a taxa média de anulação jurisdicional de decisões de adjudicação em procedimentos de contratação pública no total dos procedimentos contratuais promovidos.

O modelo de avaliação deste indicador de eficiência, consignado no Ponto II, alínea b), do n.º 1, da cláusula 17.ª do Contrato-Programa, apresenta a expressão seguinte:



Indicador de Eficiência	Descrição
Prestação Ineficiente	Obter uma taxa média de anulação jurisdicional de decisões de adjudicação em procedimentos de contratação pública superior a 5% do total dos procedimentos contratuais promovidos.
Prestação Eficiente	Garantir uma taxa média de anulação jurisdicional de decisões de adjudicação em procedimento de contratação pública igual ou inferior a 5% e superior a 2% do total dos procedimentos contratuais promovidos.
Prestação Muito Eficiente	Garantir uma taxa média de anulação jurisdicional de decisões de adjudicação em procedimento de contratação pública igual ou inferior a 2% do total dos procedimentos contratuais promovidos.

No final do 1.º trimestre de 2021, nenhum processo administrativo pré-contratual viu a decisão de adjudicação ser anulada jurisdicionalmente. Acresce ainda que, no historial da GO Porto, entre todos os processos sujeitos a fiscalização prévia por parte do Tribunal de Contas, apenas um não obteve o respetivo visto inicial. Trata-se do contrato relativo ao empreendimento “Reconversão e Exploração do Antigo Matadouro Industrial do Porto”, celebrado com a entidade vencedora MOTA ENGIL – Engenharia e Construção, S.A., e cuja recusa inicial de visto do Tribunal de Contas a 1 de fevereiro de 2019, veio a ser finalmente ultrapassada, com a “luz verde” dada por este tribunal, em finais de abril de 2020, após recurso entroposto por esta empresa municipal.

Em relação aos procedimentos contratuais ao abrigo do CGE 2020-2022, observa-se no quadro seguinte que, no 1.º trimestre de 2021, a GO Porto adjudicou um total de 90. Nos quadros seguintes, encontra-se a repartição destes procedimentos por tipo de procedimento contratual e por tipo de contrato:

Tipos de procedimentos contratuais		Tipos de contratos	
N.º procedimentos contratuais adjudicados no 1.º Trimestre de 2021		N.º procedimentos contratuais adjudicados no 1.º Trimestre de 2021	
Ajuste Direto Simplificado	18	Empreitadas	17
Ajuste Direto	6	Fiscalizações	17
Ajuste Direto Critério Material	2	Projetos	4
Consulta Prévia	8	Estudos e consultorias	7
Concurso Público Nacional	8	Revisões de projetos	2
Concurso Público Internacional	0	Fornecimentos e Serviços	43
Acordos quadro	17		-
Prestações não sujeitas à concorrência de mercado, ou seja mercados cativos (EDP, Gás, Água, entidades licenciadores, INCM)	31		-
TOTAL	90	TOTAL	90

III – O ORÇAMENTO ANUAL INICIAL E A SITUAÇÃO ECONÓMICO-FINANCEIRA DO PRIMEIRO TRIMESTRE

1. O MAPA DO ORÇAMENTO INICIAL – NCP 26

Rubrica	Designação	Valor do Orçamento 2021
	Receita corrente	62 301 352,51 €
R1	Receita fiscal	
R1.1	Impostos Diretos	7 926,36 €
R4	Rendimentos de propriedade	375,00 €
R5	Transferências correntes	
R5.2	Subsídios Correntes	3 620 000,00 €
R6	Venda de bens e serviços	58 670 279,95 €
R7	Outras Receitas Correntes	2 771,20 €
	Receita de capital	- €
	Receita efetiva (1)	62 301 352,51 €
	Receita não efetiva (2)	- €
	Receita Total (3) = (1) + (2)	62 301 352,51 €
	Despesa corrente	62 182 703,03 €
D1	Despesas como pessoal	
D1.1	Remunerações certas e permanentes	1 448 297,25 €
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	31 941,57 €
D1.3	Segurança Social	407 624,72 €
D2	Aquisição de bens e serviços	59 282 895,06 €
D5	Outras Despesas Correntes	1 011 944,44 €
	Despesa de capital	111 830,75 €
D6	Aquisição de bens de capital	106 887,00 €
D9	Despesa comativos financeiros	4 943,75 €
D10	Despesa com passivos financeiros	
	Despesa efetiva (4)	62 294 533,78 €
	Despesa não efetiva (5)	- €
	Despesa Total (6) = (4) + (5)	62 294 533,78 €
	Saldo Total (3) - (6)	6 818,73 €
	Saldo Global (1) - (4)	6 818,73 €
	Despesa Primária	62 294 533,78 €
	Saldo Corrente	118 649,48 €
	Saldo de Capital	-111 830,75 €
	Saldo Primário	6 818,73 €

2. O CUMPRIMENTO DA ESTRUTURA DE GASTOS E RENDIMENTOS

ESTRUTURA DE GASTOS

COMPOSIÇÃO DOS ENCARGOS	Valor Orçamentado para 2021	Valor Executado no 1º Trimestre de 2021	% de Execução
Gastos Operacionais			
Contrato de Mandato			
Fornecimentos e Serviços Externos	56496947	7952287	14%
Gastos Contrato de Mandato	56496947	7952287	14%
Contrato com Outras Entidades			
Fornecimentos e Serviços Externos	157000	15783	10%
Gastos Contrato com Outras Entidades	157000	15783	10%
Contrato de Exploração			
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	2538	592	23%
Gastos com o Pessoal	180814	37251	21%
Fornecimentos e Serviços Externos dos Equipamentos Explorados	988561	103530	10%
Fornecimentos e Serviços Externos de Estrutura DGE	7151	1580	22%
Imparidades de Inventários	4687	0	0%
Gastos de Depreciação e de Amortizações	7245	874	12%
Outros Gastos	5103	2349	46%
Gastos Contrato Exploração	1196099	146176	12%
Estrutura			
Gastos com o Pessoal	1681194	377068	22%
Fornecimentos e Serviços Externos	759548	99666	13%
Imparidades de Dívidas a Receber	0	0	n.a.
Gastos de Depreciação e de Amortizações	40725	7442	18%
Outros Gastos	7272	51	1%
Gastos da Estrutura	2488738	484227	19%
Imposto sobre Rendimentos do Período	8017	2706	34%
TOTAL	60346802	8601178	14%

FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	Valor Orçamentado para 2021	Valor Executado no 1º Trimestre de 2021	% de Execução
GASTOS DA OBRA			
Subcontratos - Empreitada e Serviços Conexos - Refaturados à CMP, no âmbito do CGE	56496947	7952287	14%
Subcontratos - Empreitada e Serviços Conexos - Refaturados a Outras Entidades	157 000	15 545	10%
Imputação de Gastos a Fornecedores	0	238	n.a.
Gastos com Origem noutras Entidades	0	0	n.a.
Sub-total Gastos de Obra	56 653 947	7 968 069	14%
GASTOS DA ÁREA DE EXPLORAÇÃO			
Subcontratos	484 450	98 267	20%
Trabalhos especializados	74 500	2 158	3%
Publicidade e propaganda	263 372	2 032	1%
Honorários	26 608	0	0%
Comissões	2 640	530	20%
Conservação e reparação	3 197	15	0%
Livros e documentação Técnica	260	0	0%
Material de escritório	800	256	32%
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	18 450	0	0%
Outros materiais diversos de consumo	5 000	0	0%
Electricidade	60 035	0	0%
Combustíveis	1 686	155	9%
Água	28 026	0	0%
Gas	8 909	0	0%
Transportes de mercadorias	125	0	0%
Rendas e Alugueres	6 495	1 531	24%
Comunicação	10 500	0	0%
Seguros	659	165	25%
Contencioso e Notariado	0	0	n.a.
Limpeza, higiene e conforto	0	0	n.a.
Subtotal Gastos da Área de Exploração	995 712	105 110	11%
GASTOS ESTRUTURA			
Subcontratos	82 678	0	0%
Trabalhos especializados	171 112	16 268	10%
Publicidade	40 750	8 105	20%
Honorários	8 500	2 125	25%
Comissões	1 000	100	10%
Conservação e Reparação	56 569	10 520	19%
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	300	0	0%
Livros e documentação Técnica	2 109	300	14%
Material de escritório	15 200	413	3%
Artigos de Higiene e Limpeza	6 000	0	0%
Medicamentos e artigos para a saúde	300	1 325	442%
Outros materiais diversos de consumo	530	25	5%
Electricidade	16 530	3 200	19%
Combustíveis	4 649	648	14%
Água	1 185	149	13%
Deslocações e Estadas	3 567	8	0%
Transportes de Mercadorias	10 300	0	0%
Rendas e Alugueres	238 076	44 032	18%
Comunicação	25 422	3 430	13%
Seguros	47 497	7 249	15%
Contencioso e Notariado	19 160	0	0%
Despesas de Representação	500	0	0%
Limpeza, higiene e conforto	7 000	1 769	25%
Outros Serviços - Outros	615	0	0%
Subtotal Gastos de Estrutura	759 548	99 666	13%
TOTAL	58 409 206	8 172 845	14%

n.a. - não aplicável

ESTRUTURA DE RENDIMENTOS

VENDAS, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS	Valor Orçamentado para 2021	Valor Executado no 1º Trimestre de 2021	% de Execução
Prestação Serviços contrato de mandato - CGE	56496947	7952287	14,08%
Prestação Serviços contrato outras entidades	157000	15783	10,05%
Vendas contrato de exploração	2060	375	18,18%
Prestação Serviços contrato de exploração	85668	19332	22,57%
Reversão de Imparidades de Inventários	660	0	0,00%
Subsídio à Estrutura	3 620 000	617 441	17,06%
Contrato de Mandato	2488738	484227	19,46%
Contrato de Exploração	1131262	133214	11,78%
Outros Rendimentos e Ganhos	1440	360	25,00%
Estrutura	0	0	n.a.
Contrato de Exploração	1440	360	25,00%
Juros e Ganhos Similares	500	2	0,39%
Total	60 364 275	8 605 579	14,26%

n.a. - não aplicável

3. BALANÇO

RUBRICAS	1º TRIMESTRE 2021	1º TRIMESTRE 2020
ATIVO		
Ativo não corrente	3 222 032,92	2 708 963,85
Ativos fixos tangíveis:	27 025,61	49 775,69
Ativos intangíveis:	46 570,81	70 063,70
Outros ativos financeiros:	3 148 436,50	2 589 124,46
Ativo corrente	9 030 991,50	5 929 296,82
Inventários	18 437,87	20 866,45
Clientes, contribuintes e utentes	3 401 216,29	2 286 452,29
Estado e Outros Entes Públicos	1 70 503,42	1 73 920,33
Outras contas a receber	863 891,88	408 401,24
Diferimentos	53 505,81	47 364,99
Caixa e depósitos:	4 523 436,23	2 992 291,52
Total do Ativo	12 253 024,42	8 638 260,67
PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO		
Património Líquido		
Património / Capital	500 000,00	500 000,00
Reservas	810 627,41	765 343,08
Resultados Transitados	3 645,15	45 284,33
Resultado Líquido do Período	4 400,94	4 391,08
Total do Património Líquido	1 318 673,50	1 315 018,49
Passivo		
Passivo não corrente	2 983 702,86	2 427 845,58
Outras contas a pagar	2 983 702,86	2 427 845,58
Passivo corrente	7 950 648,06	4 895 396,60
Credores por transferências e subsídios concedidos	1 513 797,18	921 880,38
Fornecedores	5 252 545,07	3 479 595,55
Adiantamentos de clientes, contribuintes e utentes	90 895,44	0,00
Estado e Outros Entes Públicos	109 138,31	67 578,57
Fornecedores de Investimentos	0,00	9 508,65
Outras contas a pagar	984 272,06	416 770,78
Diferimentos	0,00	62,67
Total do Passivo	10 934 350,92	7 323 242,18
Total do Património Líquido e do Passivo	12 253 024,42	8 638 260,67

4. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

RENDIMENTOS E GASTOS	1º TRIMESTRE 2021	1º TRIMESTRE 2020
Vendas	374,54	489,92
Prestações de serviços	7 987 401,50	5 414 028,15
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	617 441,23	686 094,62
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-592,28	-752,44
Fornecimentos e Serviços Externos	-8 172 845,31	-5 698 761,02
Gastos como Pessoal	-4 14 319,62	-377 435,46
Outros rendimentos e ganhos	360,00	360,00
Outros gastos e perdas	-2 399,62	-1204,25
RESULTADO ANTES DE DEPRECIÇÕES, GASTOS DE FINANCIAMENTO	15 420,44	22 819,52
Gastos de Depreciação e de Amortização	-8 315,43	-15 681,76
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO)	7 105,01	7 137,76
Juros e Rendimentos Similares Obtidos	1,93	13,01
Juros e Gastos Similares Suportados	0,00	0,00
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS	7 106,94	7 150,77
Imposto s/Rendimento do Período	-2 706,00	-2 759,69
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	4 400,94	4 391,08

5. FLUXOS DE CAIXA

RUBRICAS	1º TRIMESTRE 2020	1º TRIMESTRE 2021
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais - Método Directo		
Recebimentos de Clientes	3 906 413,19	5 962 336,86
Pagamentos a Fornecedores	-2 313 330,66	-3 334 704,90
Pagamentos ao Pessoal (inclui IRS, CGA e SS)	-311 871,47	-354 860,77
Caixa Gerada pelas Operações	1 281 211,06	2 272 771,19
Pagamentos/Recebimentos do Imposto sobre o Rendimento	-4 362,50	-7 751,00
Outros Recebimentos/Pagamentos (Estado, Banca e Outros)	-213 964,44	-252 422,86
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais (1)	1 062 884,12	2 012 597,33
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:		
Ativos Fixos Tangíveis	-472,16	0,00
Ativos Intangíveis	0,00	-4 243,50
Investimentos Financeiros	-931,98	-1 049,82
	-1 404,14	-5 293,32
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:		
Investimentos Financeiros	0,00	84,27
Juros e Rendimentos Similares	0,00	1,93
	0,00	86,20
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento (2)	-1 404,14	-5 207,12
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
RECEBIMENTOS PROVENIENTES DE:		
	0,00	0,00
PAGAMENTOS RESPEITANTES A:		
	0,00	0,00
Fluxos de Caixa das Atividades de Financiamento (3)	0,00	0,00
Variação de Caixa e seus Equivalentes (1+ 2+3)	1 061 479,98	2 007 390,21
Caixa e seus Equivalentes no Início do Período	4 358 657,12	5 499 748,88
Caixa e seus Equivalentes no Fim do Período	5 420 137,10	7 507 139,09

Porto, 18 de junho de 2021

O Conselho de Administração,

Patricio Soares
1.ª Vice-Presidente
Manuel Soares

cm
14



Exma. Senhora
Dra. Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus
R. Arq. Marques da Silva, 285 - 3º Dto
4150 – 484 Porto

Porto, 18 de junho de 2021

DECLARAÇÃO DO ÓRGÃO DE GESTÃO

A presente declaração é emitida a pedido de V. Exa., no âmbito do exame às demonstrações financeiras de Gestão de Obras Públicas da Câmara Municipal do Porto, E.M. (Entidade), relativas ao período findo em 31 de março de 2021, que evidenciam um ativo de 12 253 024 euros e um património líquido de 1 318 674 euros, incluindo um resultado líquido de 4 401 euros conducente ao respetivo relatório do órgão de fiscalização sobre a Informação Trimestral de Execução Orçamental.

Reconhecemos que é da nossa responsabilidade:

- a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC AP);
- a elaboração do relatório de execução orçamental, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- a criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- a adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- a avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

Confirmamos, na medida do nosso melhor conhecimento e crer, à data desta carta, as seguintes informações que vos foram prestadas no decurso do vosso exame:

1. Todos os registos contabilísticos da Entidade e respetiva documentação de suporte assim como todos os contratos, acordos e a correspondência relevante foram colocados à vossa disposição nada vos tendo sido ocultado.



2. Todas as transações foram registadas e estão refletidas nas demonstrações financeiras e orçamentais do exercício findo em 31 de março de 2021.
3. As demonstrações financeiras e orçamentais não se encontram afetadas por erros ou omissões materialmente relevantes, nomeadamente em relação a ativos, passivos e transações ou eventos sujeitos a registo ou divulgação. Não existem erros, ainda que imateriais, que não tenham sido corrigidos nas demonstrações financeiras.
4. Confirmamos que o pressuposto da continuidade utilizado na preparação das demonstrações financeiras da Entidade em 31 de março de 2021 é apropriado, não sendo necessárias divulgações adicionais sobre a capacidade da Entidade em continuar as suas atividades para além das divulgações já incluídas nas demonstrações financeiras.
5. O Conselho de Administração considera que, relativamente à pandemia COVID-19 tem vindo a implementar medidas de contingência no sentido de assegurar a minimização dos eventuais impactos que possam advir na operacionalidade da Entidade, considerando que estas circunstâncias excecionais não colocam em causa a continuidade das operações da GO Porto.
6. Todos os atos, operações e condicionalismos respeitantes ao capital social estão adequadamente registados e divulgados nas demonstrações financeiras e foram devidamente registados na Conservatória do Registo Comercial respetiva.
7. Foi-vos dado conhecimento dos resultados da nossa avaliação do risco de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude e de toda a informação de que tomámos conhecimento relacionada com fraude ou com suspeitas de fraude. Adicionalmente, foram-vos comunicadas todas as situações de que tomámos conhecimento relacionadas com alegações ou suspeitas de fraude comunicadas por colaboradores atuais e antigos, analistas, reguladores ou outras entidades. Confirmamos não ter conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras.
8. Não temos conhecimento de se terem verificado:
 - a) Irregularidades envolvendo a administração, diretores ou colaboradores da Entidade que desempenhem um papel importante nos sistemas de controlo interno e contabilístico;



- b) Irregularidades envolvendo outros colaboradores que pudessem ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras;
 - c) Comunicações de entidades oficiais ou para-oficiais relativamente ao não cumprimento, ou ao deficiente cumprimento, de disposições legais e regulamentares que pudessem ter um efeito significativo nas demonstrações financeiras.
9. Não temos conhecimento de projetos ou intenções:
- a) que possam afetar de uma forma significativa a classificação ou o valor por que se encontram refletidos os ativos e passivos constantes das demonstrações financeiras;
 - b) que possam pôr em causa a continuidade das operações da Entidade e
 - c) de abandonar ou reduzir atividades, ou quaisquer outros planos ou intenções dos quais possam resultar excessos, obsolescência ou perda de valor em ativos não correntes.
10. A informação que vos foi proporcionada, relacionadas com a identificação das partes relacionadas e com as transações (incluindo garantias prestadas e recebidas) e saldos com estas entidades, é completa e rigorosa, tendo sido apropriadamente contabilizados e divulgados de acordo com os requisitos do normativo contabilístico aplicável.
11. Os seguintes assuntos foram adequadamente registados ou evidenciados nas demonstrações financeiras e no Relatório de Execução Orçamental:
- a) Todos os compromissos assumidos e todas as responsabilidades, efetivas ou contingentes, incluindo naquelas as respeitantes a benefícios concedidos ao pessoal e aos membros dos órgãos sociais, assim como todas as garantias prestadas a terceiros (escritas ou verbais);
 - b) Quaisquer reclamações relativas a litígios existentes ou esperados e
 - c) Estimativas relevantes, incertezas e riscos significativos.
12. Não existem:
- a) Violações de leis, contratos ou quaisquer outras normas ou regulamentos, incluindo as relacionadas com a livre concorrência, meio ambiente, higiene e segurança no trabalho e proteção dos consumidores, aplicáveis à Entidade ou ao setor, cujos efeitos devessem ter sido registados nas demonstrações financeiras ou divulgados ou divulgados no Relatório de Execução Orçamental;
 - b) Opções ou acordos de recompra de ações, bem como partes de capital subordinadas ao exercício de opções ou outros acordos;

Handwritten initials and signatures in blue ink, including a large signature and a circular stamp with the text "LitoNet" and "LitoNet" visible.



- c) Acordos com instituições financeiras envolvendo compensação de saldos ou restrições de movimentação de fundos ou linhas de crédito ou acordos similares;
 - d) Acordos para a recompra de ativos previamente vendidos pela Entidade e
 - e) Contratos de opções e de futuros e outros instrumentos financeiros derivados.
13. Foi-vos dado conhecimento dos critérios estabelecidos para levar a cabo testes de imparidade e, se necessário, para quantificar e reconhecer eventuais perdas por imparidade que sejam necessárias para reduzir os ativos às suas quantias recuperáveis. Entendemos que os referidos critérios são adequados e que as respetivas divulgações nas demonstrações financeiras são completas e rigorosas. Assim, foram reconhecidas perdas por imparidade ou constituídas provisões adequadas para:
- a) reduzir os ativos, em particular as contas a receber, e os investimentos financeiros aos seus valores líquidos estimados de realização e
 - b) perdas a serem incorridas no cumprimento de compromissos de vendas.
14. Foi-vos dado conhecimento de todos os pressupostos significativos utilizados no cálculo das estimativas materiais e/ou qualitativamente relevantes para as demonstrações financeiras em 31 de março de 2021, incluindo as relacionadas com mensurações pelo justo valor, sendo os mesmos razoáveis e coerentes entre si.
15. Foi-vos dado conhecimento de todos os ativos e passivos contingentes materiais e os mesmos encontram-se adequadamente refletidos nas demonstrações financeiras em 31 de março de 2021.
16. Confirmamos que, para efeitos da prevenção e investigação de eventuais operações suscetíveis de ser qualificadas como de branqueamento de capitais, a Entidade dispõe de um sistema de controlo interno adequado e os nossos responsáveis e demais colaboradores encontram-se devidamente preparados para dar cumprimento às normas emitidas sobre esta matéria, designadamente as que decorrem da Lei n.º 83/2017, de 18 de agosto e a Lei n.º 58/2020, de 31 de agosto. Não temos conhecimento de qualquer situação que configure eventuais operações suscetíveis de ser qualificadas como de branqueamento de capitais e de financiamento do terrorismo nos termos da Lei em vigor sobre a matéria e confirmamos ainda que, até à presente data, não ocorreram quaisquer situações desta natureza que requeressem ser reportadas às autoridades competentes.

Handwritten signatures and stamps in blue ink, including a circular stamp with the text "ppCte" and "TU Net".



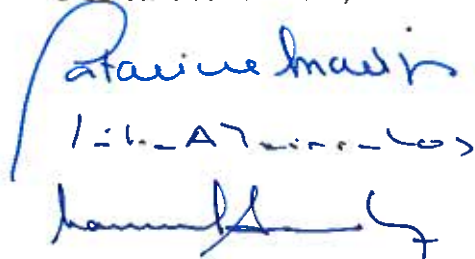
17. A Entidade é plena titular de todos os seus ativos, livres de quaisquer ónus ou encargos, incluindo hipotecas e penhores, não tendo assumido compromissos perante terceiros, para além dos descritos no Relatório de Execução Orçamental.
18. Não existem situações que conduzam ou possam conduzir à obsolescência ou perda de valor de ativos fixos tangíveis, resultantes de progresso tecnológico ou de condições de mercado, e as que existem foram devidamente consideradas nas demonstrações financeiras.
19. Foram cumpridas as obrigações fiscais e parafiscais. As responsabilidades respeitantes a impostos e contribuições, vencidas ou não, diferidas ou contingentes (verbas de impostos e contribuições, multas e coimas e juros contados até à data do balanço) estão integral e apropriadamente escrituradas ou divulgadas. Foram igualmente cumpridas todas as obrigações impostas pela legislação relativa ao planeamento fiscal abusivo, que estabelece deveres de comunicação, informação e esclarecimento às autoridades fiscais.
20. Não temos conhecimento da existência de situações resultantes de inspeções, litígios ou outras situações contenciosas relativamente à área fiscal e parafiscal, nem de eventuais correções das declarações da Entidade, resultantes da possibilidade das autoridades efetuarem a sua revisão, que possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras em 31 de março de 2021.
21. Relativamente ao processo do IVA que ainda se encontra em curso e aguarda decisão, no montante de 112.010,08 euros, tendo em conta o fecho das contas de 2020 e a relevância deste facto, e caso o desfecho do mesmo não seja favorável à GO Porto, o modo de tratamento da eventual perda, no ano em que ocorrer a conclusão do processo, será submetido, por esta empresa municipal à competente aprovação da CMP.
22. Durante o exercício a Entidade não registou “Despesas Confidenciais”.
23. A Entidade não registou e/ou pagou quaisquer montantes que se encontrem suportados por documentos que não cumpram, em termos formais ou de facto, os requisitos legais vigentes, ou que não traduzam transações efetivas realizadas pela mesma. Todas e apenas transações efetuadas e eventos sujeitos a registo contabilístico, ocorridos no decurso do exercício, se encontram devidamente suportados e refletidos nos registos contabilísticos da Entidade em 31 de março de 2021.
24. Os prejuízos resultantes de eventuais sinistros que possam ocorrer, incluindo os que possam afetar a continuidade das operações, estão cobertos por seguros contratados por capitais suficientes.

25. Confirmamos que durante o primeiro trimestre de 2021, a Entidade apenas recorreu aos serviços de apoio jurídico das entidades Telles de Abreu e Associados, Soc. Adv. RL, Cuatrecasas, Gonçalves Pereira, Soc. Adv. RL, PRA - Raposo, Sá Miranda & Associados, SP, RL, Dr. Vasco Moura Ramos, Aragão Seia & Franco - law-ace, JPAB – José Pedro Aguiar-Branco, Sociedade de Advogados, SPRL, PRA - Pinto Ribeiro Advogados, e à Direção Jurídica e que, relativamente a aspetos de natureza jurídica, não antecipamos quaisquer responsabilidades não relevadas nas demonstrações financeiras e no Relatório de Execução Orçamental.
26. A Entidade, seus Administradores, membros dos restantes órgãos sociais e acionistas deram cumprimento a todas as disposições, exigidas legalmente ou pelos estatutos, relativas a todas as transações ou eventos ocorridos durante o exercício. Tais transações e eventos foram relevados adequadamente nas demonstrações financeiras e no Relatório de Execução Orçamental.
27. Não ocorreram quaisquer factos subsequentemente a 31 de março de 2021, que requeiram registo ou divulgação no Relatório de Execução Orçamental.
28. Em conformidade com a auditoria das demonstrações financeiras da Entidade em 31 de março de 2021, informamos V. Exas. que colocámos à vossa disposição as atas respeitantes às seguintes reuniões:

Descrição	Número	Data
Conselho de Administração	1 a 22/2021	Ano 2021
Assembleia Geral – Deliberação Unânime por Escrito	1/2021 a 2/2021	Ano 2021

Estas atas constituem um resumo completo de todos os assuntos tratados em todas as reuniões mantidas entre 1 de janeiro de 2021 e a data desta carta, dos órgãos sociais da Entidade.

O Conselho de Administração



A Contabilista Certificada





RELATÓRIO DO FISCAL ÚNICO SOBRE O RELATÓRIO DE EXECUÇÃO DO PRIMEIRO TRIMESTRE DE 2021

1. Conforme solicitado pelo Conselho de Administração da de Gestão e Obras do Porto, E.M., o Fiscal Único vem apresentar o seu relatório sobre a informação financeira relativa à execução do primeiro trimestre de 2021, elaborada e aprovada pelo Conselho de Administração.
2. O balanço evidencia um total de 12 253 024 euros e um património líquido de 1 318 674 euros, incluindo um resultado líquido do período de 4 401 euros.
3. As demonstrações financeiras relativas a 31 de março de 2021, estão apresentadas de acordo com a estrutura concetual do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP),
4. O relatório de execução referido no parágrafo n.º 1, explicita a execução dos Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) por comparação dos gastos e rendimentos registados no período, de acordo com o regime do acréscimo, com os IGP do período de 2021, considerados numa base linear. Esta execução corresponde ao subsistema da contabilidade financeira do SNC-AP, não contendo o relatório em apreciação qualquer informação relativa à execução orçamental estabelecida pelo subsistema da contabilidade orçamental do SNC-AP (Norma de Contabilidade Pública 26), com a exceção da apresentação do orçamento inicial da receita e da despesa.
5. Foi assinado em 14 de dezembro de 2020 o Contrato-Programa 2021-203, entre o Município do Porto e a Gestão e Obras do Porto, E.M., e, em 16 de dezembro de 2020, o 2º ao aditamento ao Contrato de Gestão de Empreendimentos 2020-2022 (CGE), tendo o valor constante do Anexo ao CGE sido revisto em alta, em consonância com o reescalonamento das atividades previstas para 2021, com as devidas repercussões nas taxas de execução.
6. Assim, conforme devidamente assinalado pelo Conselho de Administração, a taxa de realização financeira global do conjunto de iniciativas inscritas no contrato de gestão de empreendimentos com a Câmara Municipal do Porto e nos diversos acordos de colaboração, no que diz respeito à área de produção, é, no final deste trimestre, de cerca de 15%. Considerando, também, as intervenções em curso de execução e em fase de cabimentação, esta taxa é de cerca de 96%.
7. Tendo em atenção as análises efetuadas e os contactos regulares que decorreram com o Conselho de Administração e com os Serviços, e o disposto no parágrafo 4 acima, nada chegou ao conhecimento do Fiscal Único que a leve a concluir que a referida informação financeira do período de três meses findo em

Gestão e Obras do Porto

Rua do Eng.º Ferreira Dias, 954, Escritório 5
4149-008 Porto
T. +351 228 339 300
F. +351 228 339 310
www.goporto.pt



31 de março de 2021 de Gestão e Obras do Porto, E.M., não esteja em conformidade, em todos os aspetos materialmente relevantes, com os registos contabilísticos da contabilidade financeira que lhe servem de suporte naquela data.

Porto, 18 de junho de 2021

Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus

Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus

Revisora Oficial de Contas

1338

REGISTO NA CMVM COM O N.º 20160948